

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O GLOBO

CLASS. : 294

DATA : 27 08 87

PG. : 08

Brossard acha emenda do Cimi uma ameaça à soberania do País

Foto de Luiz Pinto

O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, classificou como uma ameaça à soberania nacional e ao futuro do País a proposta de emenda enviada à Constituinte pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o documento de apoio a essa proposta, assinado por 47 mil estudantes católicos da Áustria. Reproduzindo a conversa que teve anteontem com o Presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida, para debater o tema, Brossard negou que tivesse discutido com o Bispo, afirmando que apenas foi claro e firme na exposição de suas opiniões.

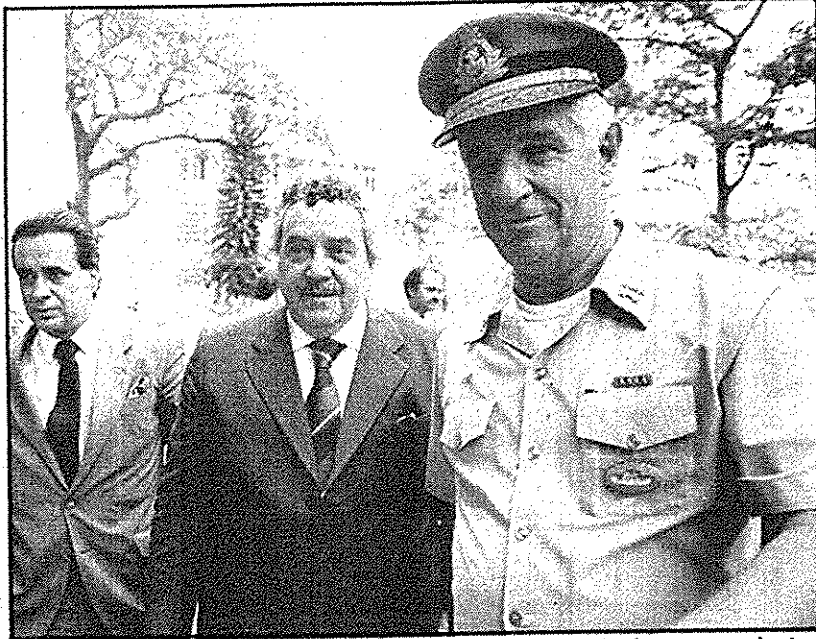
— Não houve briga nenhuma, simplesmente externei com a minha natural veemência os pontos de vista que considero corretos.

Para o Ministro da Justiça — que ontem fez palestra na Escola Superior de Guerra — é indefensável a proposta feita pelo Cimi, que define o Brasil como um Estado plurinacional e considera as tribos indígenas como pessoas jurídicas de direito público interno. Quanto ao apoio dos estudantes austríacos, Brossard disse não acreditar que eles tenham tamanho interesse no Brasil. Segundo o Ministro, o documento foi evidentemente manipulado.

— Por quem? — perguntou um repórter.

— Sei eu lá — respondeu o Ministro — Nem na porta da Ópera de Viena se conseguem 47 mil assinaturas assim. Não sei a quem interessa essa proposta. Sei que não interessa ao Brasil — afirmou.

Brossard disse ter lembrado ao Presidente da CNBB que nem o bispo



Brossard à saída da Escola Superior de Guerra, onde fez uma palestra

vô dele, o Senador Cândido Mendes, autor de um livro sobre Direito Eclesiástico, escreveria isso.

Ao comentar a proposta sobre o regime parlamentarista misto, incluída no anteprojeto de Constituição do Relator, Deputado Bernardo Cabral, Brossard negou que tenha havido qualquer tipo de pressão do Presidente José Sarney, para que os Ministros não apoiem esse sistema de governo. Brossard reafirmou a sua condição de parlamentarista

convicto e considerou natural o debate e as divergências em torno da questão.

Quanto à vontade manifestada pelo ex-Presidente João Figueiredo de voltar à política, alegando que a democracia no Brasil estaria ameaçada, o Ministro da Justiça foi incisivo:

— Não vejo nenhuma ameaça à democracia e tenho certeza de que enquanto houverem soldados tão bravos como o Presidente Figueiredo ela jamais será ameaçada.

Bispos farão desagravo a Dom Luciano

BRASÍLIA — Os 26 bispos integrantes do Conselho Permanente da CNBB divulgarão hoje ou amanhã uma nota de desagravo ao Presidente da entidade, D. Luciano Mendes de Almeida, em virtude do episódio ocorrido com o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, durante audiência na última terça-feira. Na nota, eles deixarão claro que, ao defender os índios, D. Luciano defende a causa da Igreja.

O Conselho Permanente da CNBB fará também uma referência às denúncias do jornal "O Estado de S. Paulo" contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A proibição da permanência de missionários do Cimi nessas áreas, determinada pelo Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, também está causando indignação em muitos bispos. D. Moacyr Grechi, Bispo de Rio Branco (AC), chegou a afirmar que se isso acontecer em sua região, "só sairá preso". Para ele, neste caso "se faz necessária uma desobediência, para não se traír a missão da Igreja junto aos in-

dios".

— A Igreja está numa situação de impasse. Consta que é impossível continuar trabalhando à mercê do arbítrio da Funai e, ao mesmo tempo, tem convicção de que não pode simplesmente renunciar ao seu trabalho — disse D. Moacyr., ressaltando, porém, que esse impasse com o Governo, a exemplo de outros que já ocorreram, será superado.

D. Moacyr e o Bispo de Imperatriz (MA), D. Afonso Gregori, conhecidos por suas declarações contundentes, foram os escolhidos pelo Conselho Permanente para falar à imprensa ontem, juntamente com o Bispo de Rio do Sul (SC), D. Tito Buss.

Durante a audiência, o Ministro não se limitou a gritar com o Presidente da CNBB. Ele também recusou todos os documentos que o Bispo havia levado, inclusive um dossiê sobre os documentos que orientaram as reportagens do "Estado de S. Paulo" e que, segundo a CNBB, comprovam a "falsidade e a montagem da notícia". Ao devolver os papéis, Brossard dis-

se: "Tenho coisa mais importantes a fazer".

D. Luciano fez um relato da audiência em reunião priv³. Ao devolver os papéis, Brossard disse: "Tenho coisa mais importantes a fazer".

D. Luciano fez um relato da audiência em reunião privativa dos bispos, ainda na noite de terça-feira. E ontem pela manhã repetiu as informações no plenário do Conselho Permanente, do qual participam, além dos bispos, 60 assessores. Isto, segundo fontes da entidade, mostra a gravidade da situação, uma vez que, normalmente, esse tipo de comunicação seria feita exclusivamente aos bispos.

Segundo D. Moacyr Grechi, o Presidente da CNBB tem agido neste episódio sobre o Cimi em nome de todos os bispos. Por isso, espera que o Presidente Sarney, ou outro membro do Governo, se manifeste sobre o incidente com o Ministro Brossard. Se isto não acontecer, ressaltou, significará que o Ministro não agiu em nome próprio.